

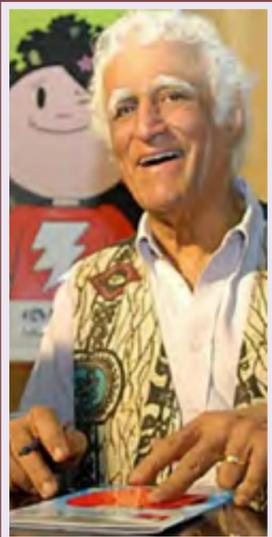
Gasto exorbitante de 65 bi em fevereiro

Farra do BC com juro

alto custou ao Brasil

747 bi em 12 meses

Reprodução



Ziraldo, um dos nossos maiores cartunistas e escritores

O desenhista e escritor Ziraldo, um dos maiores nomes da literatura infanto-juvenil no Brasil, morreu no sábado (6), aos 91 anos, no Rio de Janeiro. De acordo com a família do artista, Ziraldo morreu dormindo, na tarde deste sábado, no apartamento onde morava, na Lagoa. Ziraldo, criador de personagens que marcaram a literatura infantil, como o Menino Maluquinho e a Turma do Pererê, era também jornalista, cartunista, humorista e caricaturista. Na década de 60, foi um dos fundadores e diretor do jornal "O Pasquim", ao lado de nomes como Millôr, Henfil e Jaguar. "O Pasquim" marcou época como um importante veículo de combate à ditadura. **Pág. 8**



Em meio a bloqueios no Orçamento e queda na produção industrial

Brasil trabalha para sustentar um gasto com os bancos que consumiu só em fevereiro, com juros, R\$ 65,2 bilhões. E o custo aumenta ao sabor dos juros colocados artificialmente altos pelo Banco Central. De um ano para o outro, o desembolso avançou em R\$ 87,8 bilhões, segundo dados de "Estatísticas fiscais", divulgados pelo BC, na sexta-feira (5). Ao todo, o setor público (União, Estados/municípios e estatais) transferiu R\$ 746,9 bilhões (6,80% do PIB) para o sistema financeiro no acumulado de doze meses até fevereiro. **Página 2**

"Para ser soberano, país tem que ter indústria nacional de saúde"



Pai com um dos dois filhos mortos no bombardeio israelense a Rafah, dia 5

Israel segue o genocídio, afrontando ONU e o mundo

Ao assassinar sete trabalhadores humanitários que haviam rompido o seu bloqueio genocida ao norte da Faixa de Gaza, Israel fechou definitivamente, segunda-feira (1), a via marítima de transporte e distribuição de alimentos à população. Levando a política de terrorismo de Estado ao seu limite, o governo de Netanyahu cortou um

dos canais restantes para evitar que milhões de palestinos morram de fome. Enquanto isso, novos bombardeios foram realizados contra Rafah e outras cidades de Gaza. **Pág. 7**

"Se nós, brasileiros, que queremos um país soberano, que queremos um país capaz de ter uma indústria da saúde, porque nós temos o órgão consumidor, que é o SUS, a gente não tem por que não acreditar que podemos ter um polo industrial na área da saúde, para competir com qualquer outro país do mundo, por mais rico que seja", afirmou o presidente Lula, ao participar, na quinta-feira (4), da inauguração da primeira unidade de fabricação nacional do medicamento Fator VIII recombinante (Hemo-8r), no Complexo Industrial da Hemo-brás, em Goiana, Pernambuco. Lula discursou na solenidade que contou com a presença da governadora de Pernambuco, Raquel Lyra, de ministros e



Ricardo Stuckert - PR

"É chutômetro", afirma Lupi sobre alegado custo de 480 bi da "revisão da vida toda"

O ministro da Previdência, Carlos Lupi, disse que é "chutômetro" a conta da Secretaria do Tesouro de que a "revisão da vida toda" custaria quase R\$ 500 bilhões aos cofres públicos. "Nós nunca tivemos o número exato de possíveis beneficiários. Por isso, todo cálculo, para mim, era um chutômetro. Um chutômetro do que seria uma base concreta de quem poderia ser beneficiado", falou o ministro. A revisão da vida toda foi derubada pelo STF, o que prejudicou os aposentados. **Pág. 3**

políticos da região. A capacidade produtiva da planta será de 1,2 bilhão de unidades por ano, suficiente para abastecer 100% da demanda do SUS pelo medicamento. **Página 3**



MRS

"196 agentes humanitários mortos em Gaza. Queremos saber por que", diz secretário-geral da ONU

"196 trabalhadores humanitários foram mortos e queremos saber por que cada um deles foi morto", afirmou o secretário-geral da ONU, Antonio Guterres, sobre a carnificina cometida por Is-

rael contra os que tentam salvar a população de Gaza da fome e da morte. No mesmo dia, o Conselho de Direitos Humanos da ONU pediu a responsabilização de Israel por crimes de guerra. **Pág. 7**

O novo assalto preparado contra os aposentados

Artigo de Carlos Pereira. **Pág. 5**

Campos Neto asfixiou o país com juros altos e agora diz: “não era para acreditar em nós”

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, vem estrangulando a economia brasileira ao praticar, desde o final do governo passado e no início do atual, as maiores taxas de juros no mundo com o pretexto de que a economia e a demanda estariam superaquecidas.

Mas para espanto dos presentes num evento em São Paulo, nesta sexta-feira (4), ele disse que não sabe porque acreditam nele. “Não sei por que alguém acredita no que a gente fala”, disse Campos Neto.

Ou seja, esse tempo todo ele insistiu que a inflação era de demanda e que tinha que manter os juros altos para desaquecer a economia e, agora, diz que não era para acreditar nele.

Usou as atas do Copom (Conselho de Política Monetária) do Banco Central para repetir a ideia fixa de desaquecer a atividade da economia, de reduzir o crédito e os investimentos e insistia que, para que isso ocorresse, era necessário manter os juros nas alturas.

Agora, simplesmente, ele afirmou que “economistas – leia-se ele e seus subordinados – vêm errando há pelo menos três anos as estimativas para o PIB brasileiro”.

É verdade que da parte dele a alegada “demanda excessiva” era só pretexto mesmo, porque seu objetivo real, ao manter os juros elevados, era transferir os R\$ 740 bilhões anuais do Orçamento da União (valor pago nos últimos 12 meses) para o pagamento dos “serviços financeiros” aos bancos, ou seja, era tirar da sociedade, da produção e do consumo para encher os cofres dos banqueiros.

Por isso, inclusive, mesmo com a pressão do presidente Lula, que defende a queda dos juros e a ampliação dos investimentos públicos, ele praticou uma queda “a conta-gotas” dos juros e atrapalhou muito os investimentos. Aliás, com a queda da inflação, os juros reais – descontada a inflação – vêm se mantendo praticamente inalterados e proibitivos.

Em praticamente todas as atas das reuniões do Copom, dirigidas por ele e seus diretores, o argumento era o mesmo. De que o consumo “está muito resiliente”, o emprego “não está cedendo como devia”, a renda “não se retrai no ritmo que é necessário”, etc. A “solução” para o “problema da demanda aquecida” era sempre o mesmo. Mais juros altos, mais arrocho no crédito e mais estrangulamento da produção. Tudo com o objetivo de provocar a recessão e aumentar o desemprego.

O fato é que o Brasil, o seu povo e os empresários são tão duros na queda, que mesmo com toda essa pressão colocada sobre eles, com os juros estratosféricos e a secura de crédito, a economia não afunda como gostaria e pretendia Campos Neto. Por causa disso ele diz que os economistas vêm errando suas avaliações. Para ele, e para os banqueiros que ele representa, o objetivo é especulação. Para isso eles provocam a recessão.

A produção, o emprego, os salários, são “problemas” para essa gente. Eles os combatem porque essas atividades consomem os recursos que eles querem só que para a sua ciranda.

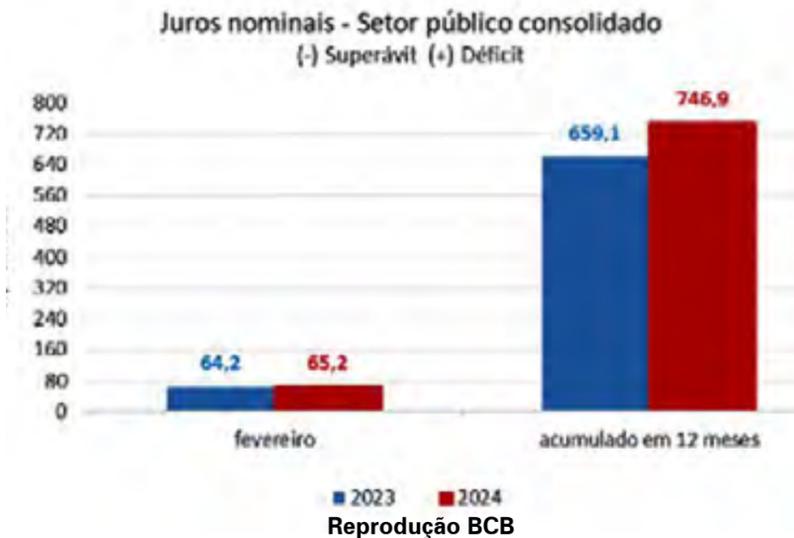
O cinismo é tão alto que Campos Neto confessa que usa qualquer pretexto, mesmo que o que defende não tenha nenhuma base em estudos econômicos com qualquer tinteira de seriedade. “A gente não tem estudo que correlacione o custo de intermediação financeira com o crescimento de PIB potencial”, confessou Campos Neto.

“Mas a gente sabe que uma coisa está ligada a outra. E tem essa conversa sobre se o PIB potencial aumentou”, afirmou. Ou seja, sua conversa é pura enganagem e charlatanismo. Sua defesa dessas medidas contra o país não têm nada a ver com qualquer ciência econômica. Têm um único e claro objetivo: o enriquecimento de seus amos e nada mais.



Campos Neto, presidente do BC

Desvio de recursos públicos para pagar juros soma R\$ 747 bilhões



Produção industrial brasileira cai 0,3% em fevereiro, segunda queda seguida, diz IBGE

A produção industrial brasileira recuou 0,3% em fevereiro ante janeiro de 2024, mês que também marcou queda de -1,6%, segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM), divulgados nesta quarta-feira (3) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nos dois primeiros meses de 2024, a indústria acumula retração de -1,8%. O setor também marcou um recuo de -0,1% no trimestre encerrado em fevereiro.

De acordo com IBGE, a indústria está 1,1% abaixo do patamar pré-pandemia, de fevereiro de 2020, e 17,7% abaixo do nível recorde da série histórica da pesquisa, alcançado em maio de 2011.

A indústria segue atingindo marcas negativas ante a sinalização recente do Banco Central, de reduzir ainda mais os cortes na taxa básica Selic, hoje em 10,75% ao ano – um nível, que diante do cenário atual de inflação baixa, garante o Brasil na segunda colocação entre os países que pagam as maiores taxas de juros reais do mundo, atrás apenas do México.

Como assinala a Confederação Nacional da Indústria, “a taxa de juros real se reflete no mercado de crédito, com aumento no nível de inadimplência e redução nas concessões. A inadimplência da carteira de crédito com recursos livres às empresas, que era 2,2% em janeiro de 2023, subiu para 3,4% em janeiro de 2024. Além disso, as concessões de crédito com recursos livres às empresas recuaram 5,5%, em termos reais, no acumulado dos últimos 12 meses

até janeiro de 2024 em relação ao acumulado dos 12 meses imediatamente anteriores”.

Conforme declarou o presidente da entidade, Ricardo Alban, ao condenar a redução a conta-gotas das taxas de juros, “as condições adversas no mercado de crédito limitam o consumo e afastam o investimento, punindo a atividade econômica do país. Não à toa, o PIB ficou estagnado nos dois últimos trimestres de 2023, e o investimento (Formação Bruta de Capital Fixo), elemento essencial para o crescimento econômico sustentável, recuou 3% na comparação de 2023 com 2022”.

Por categorias econômicas, a produção de bens intermediários recuou -1,2% em fevereiro frente ao mês anterior, interrompendo quatro meses consecutivos de crescimento, período em que a categoria industrial acumulou um avanço de 2,9%.

Bens de consumo semi e não duráveis mostraram variação nula (0,0%) no período, após ter apontado um recuo de -0,1% em janeiro de 2024 e 0,0% em dezembro de 2023. Já os resultados positivos ficaram para as produções de bens de capital (3,5%) e de bens de consumo duráveis (3,8%).

No mês, houve quedas nas produções de 10 dos 25 ramos industriais pesquisados. Entre os destaques, estão: produtos químicos (-3,5%), indústrias extrativas (-0,9%) e produtos farmacêuticos e farmacêuticos (-6,0%).

No campo positivo, destacam-se avanços nas produções de veículos automotores, reboques e carrocerias (6,5%), celu-

lose, papel e produtos de papel (5,8%), produtos de minerais não metálicos (4,5%), de produtos de borracha e de material plástico (3,0%), de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (4,2%) e de máquinas, aparelhos e materiais elétricos (2,4%).

Em comparação com fevereiro de 2023, a indústria apresentou uma alta de 5,0% em sua produção, com resultados positivos em todas as categorias econômicas. As principais influências para o resultado geral do setor vieram de produtos alimentícios (8,3%), coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (7,5%), indústrias extrativas (5,3%) e veículos automotores, reboques e carrocerias (9,8%).

Também foram observados avanços nas fabricações de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (18,1%), de celulose, papel e produtos de papel (7,9%), de máquinas, aparelhos e materiais elétricos (11,0%), de produtos de madeira (16,0%), de produtos de minerais não metálicos (5,8%), de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados (9,3%) e de outros equipamentos de transporte (9,6%).

Por outra via, cinco atividades apresentaram reduções em suas produções, com destaque para a fabricação de produtos farmacêuticos e farmacêuticos (-17,5%), exercendo a maior influência na formação da média da indústria. Outro impacto importante veio do setor de manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos (-8,3%).

Só em fevereiro deste ano, a transferência de recursos públicos para bancos somaram R\$ 65,2 bilhões, em meio a bloqueios no Orçamento e queda na produção industrial

A transferência de renda da sociedade para os bancos e demais rentistas, via pagamento de juros, avançou em R\$ 87,8 bilhões de um ano para o outro, segundo dados de “Estatísticas fiscais”, divulgados pelo Banco Central (BC), nesta sexta-feira (5).

Ao todo, o setor público (União, Estados/municípios e estaduais) transferiu R\$ 746,9 bilhões (6,80% do PIB) para o sistema financeiro no acumulado de doze meses até fevereiro deste ano. O resultado corresponde a uma alta de 13,3% em relação ao mesmo intervalo de meses do ano passado (R\$ 659,1 bilhões).

Só no mês de fevereiro, o setor público gastou R\$ 65,2 bilhões com pagamento de juros. No mesmo período do ano passado, o valor foi de R\$ 64,2 bilhões.

Em fevereiro, o setor público foi deficitário em R\$ 48,7 bilhões, um resultado puxado pelo Governo Central, que marcou um déficit de R\$ 57,8 bilhões no período. Já os governos regionais e as empresas estatais marcaram superávits de R\$ 8,6 bilhões e R\$ 483 milhões, respectivamente.

Em doze meses, o setor público consolidado acumula o déficit primário (excluído o pagamento de juros) de R\$ 268,2 bilhões, equivalente a 2,44% do PIB e 0,19 p.p. superior ao déficit acumulado até janeiro.

Ou seja, a “gastança” do setor público segue sendo impulsionada pela taxa de juros (Selic) do Banco Central (BC), hoje em 10,75% ao ano – o que eleva a dívida pública e aprofunda ainda mais a desigualdade social no Brasil.

Enquanto se transferem uma dezena de bilhões todos os meses para a banca, o aumento do investimento público e privado segue limitado por regras fiscais contracionistas.

No mês passado, a área econômica do governo federal, visando o déficit fiscal

zero, realizou um bloqueio de R\$ 2,9 bilhões no Orçamento de 2024, que atingiu principalmente as pastas da Cidades (-R\$ 741,47 milhões), Transportes (-R\$ 678,97 milhões), Defesa (-R\$ 446,48 milhões) e Desenvolvimento e Assistência Social (-R\$ 281,68 milhões).

Os cortes atingiram ainda os ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (-R\$ 118,79 milhões), Justiça e Segurança Pública (-R\$ 65,59 milhões) e Portos e Aeroportos (-R\$ 52,29 milhões). São bloqueios em investimentos e custeio da máquina pública em um total de 13 ministérios.

O gasto com juros é ignorado pelo clamor neoliberal e “fiscalista”. Não houve no dia de hoje queda na Bolsa de Valores ou qualquer tipo de agitação decorrente deste fato, algo comum quando há anúncios de investimento por parte do governo. Não seria diferente, já que para o chamado “mercado” e seus bajuladores, políticas de austeridade econômica devem prevalecer sobre as necessidades do povo – isto é – para classe trabalhadora e o empresariado produtivo -, mas não para os mais abastados deste país.

Em fevereiro, no País, a taxa de desemprego cresceu para 7,8%, atingindo 8,5 milhões de pessoas, segundo o IBGE. No trimestre encerrado em fevereiro, a indústria demitiu 35 mil pessoas. O setor, que é estratégico para retomada econômica, acumula uma retração de -1,8% em sua produção nos dois primeiros meses de 2024.

No segundo mês de 2024, ainda, ao todo, 169 companhias entraram com recuperação judicial e outras 80 ingressaram com pedidos de falência na Justiça, conforme dados da Serasa Experian, que aponta que 6,7 milhões de empresas estão inadimplentes no Brasil. A inadimplência também atinge 72 milhões de brasileiros, conforme dados da empresa.

Endividamento e inadimplência das famílias crescem em março

São 78,1% das famílias brasileiras, 28,6% com dívidas atrasadas. Percentual de famílias que afirmam não terão condições de pagar as dívidas atrasadas já supera o do mesmo mês do ano passado, diz CNC

Em março de 2024, a quantidade de famílias com dívidas atrasadas cresceu e alcançou 28,6% do total das famílias brasileiras endividadadas, que também aumentou no mês e chegou a 78,1% dos lares no país.

Os dados são da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), divulgados nesta quinta-feira (4).

O número de pessoas inadimplentes avançou 0,5 ponto percentual (p.p.) na passagem de fevereiro a março deste ano, sendo a primeira alta neste contingente em cinco meses. Já o volume de endividados apresentou um aumento de 0,2 p.p. em relação a fevereiro.

Também houve crescimento no percentual de consumidores considerados muito endividados, chegou a 16,8% no mês, registrando um aumento de 0,1 p.p. e interrompendo a queda contínua dos últimos quatro meses.

Já o percentual de famílias com dívidas em atraso por mais de 90 dias permaneceu em 47,5% pelo terceiro mês, com aumento daquelas com período entre 30 e 90 dias para 28,7%.

A CNC observa que a população de baixa renda (até 3 salários mínimos – SM) – diante do orçamento apertado – “foi a que impulsionou o endividamento, com a taxa ficando acima até mesmo do resultado de março de 2023”. Essa parcela da sociedade “foi a principal responsável pelo aumento das famílias com di-

vidas em atraso, acréscimo de 0,6 p.p.”, afirmou a entidade, que também constatou um aumento nas dívidas em atraso no grupo de consumidores com renda média-alta (5–10 SM), mas em menor proporção que as de baixa renda.

De acordo com a CNC, ainda, o aumento das famílias que não terão condições de pagar as dívidas em atraso ocorreu somente nas faixas de renda intermediárias (3-5 SM e 5-10 SM) – ou seja na classe média.

“A alta da inadimplência também é vista pelo crescimento do percentual de famílias que afirmam que não terão condições de pagar as dívidas atrasadas em março, que é o grupo mais complexo dos inadimplentes. Nesse caso, o percentual já supera o do mesmo mês do ano passado”, destaca a economista da CNC Izis Ferreira.

A pesquisa da CNC mede as dívidas com cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, crédito consignado, empréstimo pessoal, cheque pré-datado e prestações de carro e casa. Diferente da pesquisa da Serasa Experian sobre inadimplência das famílias, a CNC não incluiu as dívidas com contas básicas como água, luz e gás, por exemplo.

Conforme a pesquisa da CNC, o cartão de crédito segue com o título de vilão das dívidas, ao ser apontado por 86,9% dos entrevistados como o principal responsável pelo endividamento. Em seguida vem os carnês (16%) e o crédito pessoal (10,2%), entre os maiores culpados pelas dívidas.

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua Mazzini, 177
Cambuci - CEP: 01528-000
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@gmail.com
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopove@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

“Brasil tem que ter indústria nacional de saúde”, diz Lula



Ministro da Previdência Social, Carlos Lupi “É chutômetro”, afirma Carlos Lupi sobre custo de R\$ 480 bi da “revisão da vida toda”

O ministro da Previdência, Carlos Lupi, disse que é “chutômetro” a conta da Secretaria do Tesouro de que a “revisão da vida toda” custaria quase R\$ 500 bilhões aos cofres públicos.

“Nós nunca tivemos o número exato de possíveis beneficiários. Por isso, todo cálculo, para mim, era um chutômetro. Um chutômetro do que seria uma base concreta de quem poderia ser beneficiado”, falou o ministro.

A revisão da vida toda foi derrubada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que referendou a reforma previdenciária de 1999. Foi definido pela Corte que não entra no cálculo para aposentadoria as contribuições anteriores a 1994, o que prejudica os aposentados que tiveram suas maiores contribuições nesse período.

Carlos Lupi falou que a Previdência nunca teve “números exatos, porque não tínhamos base para calcular esse número exato, não tínhamos quantitativo de beneficiário, porque não foi calculado isso”.

“Terminou agora com a nova mudança, sem calcular quantos poderiam ser beneficiários, não tinha como calcular”, continuou.

Mesmo assim, a Secretaria do Tesouro apresentou uma conta de que a revisão da vida toda custaria R\$ 480 bilhões para a Previdência.

“Eu acredito que foi um cálculo que o Tesouro fez com uma base que eu não sei qual é. Não é uma base concreta, porque não teve decisão concreta do Supremo sobre isso. Tanto é que ele [o STF] mudou a sua decisão”, comentou Lupi.

A decisão do STF está sendo criticada pelo Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (Sindnapi), que manifestou “indignação” com a mudança.

Em 2022, a Corte já tinha votado e decidido que o aposentado poderia acionar a Justiça para que fossem incluídas todas as suas contribuições ao INSS no cálculo da média salarial, inclusive anteriores a 1994, se considerasse mais vantajoso.

Agora, voltou atrás e retirou essa possibilidade.



O presidente Lula durante o evento de inauguração de fábrica em Pernambuco

Chefe do Estado-Maior adverte para ameaças externas e diz que “nossa finalidade é a Defesa da Pátria”

O General de Exército Fernando José Sant’Ana Soares e Silva, atual chefe do Estado-Maior, enviou uma mensagem de saudação, e também de despedida, aos generais recém-promovidos na instituição militar alertando os novos generais para as mudanças geopolíticas no mundo e o crescimento dos perigos de guerras e ameaças ao Brasil por potências estrangeiras. Ele é atual número 2 do Exército e está de saída do posto.

“Após três décadas vivendo a utopia de um mundo pacífico, entre 1991 e 2020, as nações hoje despertaram (infelizmente nem todas, ainda) para o realismo cruel das disputas geopolíticas. As vemos, dia após dia, nos noticiários de todo o mundo. São disputas de toda a ordem, conflitos brutais voltando à normalidade. Nos cabe manter a população brasileira a salvo desse destino”, afirmou o general.

Brasil e mais 27 países exigem na ONU condenação de Israel por crimes em Gaza

O Conselho de Direitos Humanos da ONU aprovou, com voto do Brasil e mais 27 países, uma resolução exigindo cessar-fogo e a responsabilização de Israel pelos crimes que está cometendo na Faixa de Gaza.

A resolução, aprovada na sexta-feira (5), ainda cobra o fim das vendas de armas, munições e equipamentos militares de todo o mundo para Israel. O texto contou com o apoio de 28 países, enquanto 13 se abstiveram e 6 foram contrários, entre eles os Estados Unidos.

O texto fala da “a necessidade de garantir a responsabilidade por todas as violações do direito internacional humanitário e do direito internacional dos direitos humanos, a fim de acabar com a impunidade”.

Em seis meses, Israel já assassinou mais de 33 mil pessoas, sendo que 13.800 eram

crianças. Segundo a UNICEF, pelo menos mil crianças perderam uma ou as duas pernas por conta dos ataques israelenses.

Os bombardeios também destruíram 84% das instalações de saúde na Faixa de Gaza, aponta a Agência da ONU na Palestina (UNRWA).

O Conselho de Direitos Humanos da ONU demonstrou “grande preocupação com relatos de graves violações dos direitos humanos e graves violações do direito humanitário internacional, incluindo possíveis crimes de guerra e crimes contra a humanidade no Território Palestino Ocupado”.

O representante de Israel na ONU, Meirav Eilon Shajar, esperneou contra a decisão e disse que os 28 países que votaram a favor do texto votaram “sim” para o Hamas”. Segundo ele, o massacre que Israel está realizando na Faixa de Gaza é apenas “direito de proteger

seu povo”.

Para continuar os bombardeios contra o povo palestino, Israel está ignorando uma resolução do Conselho de Segurança da ONU que determina um cessar-fogo por um período demarcado e uma decisão do Tribunal de Haia para parar seus atos genocidas.

Com a disseminação em todo o mundo de imagens do genocídio, a comunidade internacional está mudando sua posição e Israel está ficando cada vez mais isolado.

Os Estados Unidos, que vetaram várias resoluções no Conselho de Segurança da ONU que exigiam cessar-fogo, incluindo um apresentado pelo Brasil, e defendia o “direito de defesa” de Israel, agora tem feito críticas. Mesmo assim, continua abastecendo a máquina israelense de matar palestinos indefesos.

Até o presidente Joe Biden falou que é “inaceitável” o assassinato de estrangeiros, membros da ONG World Central Kitchen, que estavam na Faixa de Gaza produzindo refeições para a população local. Eles foram atingidos por um drone assassino de Israel.

Biden disse, ainda, que o cessar-fogo é “essencial”.



Crianças palestinas em hospital (AFP)

“Podemos ter um polo industrial de saúde para competir com qualquer país”, afirma Lula, na inauguração de fábrica de recombinantes da Hemobrás em Goiana – PE

O presidente Lula participou, na tarde da quinta-feira (4), da inauguração da primeira unidade de fabricação nacional do medicamento Fator VIII recombinante (Hemo-8r), no Complexo Industrial da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás), em Goiana, Pernambuco. O produto é usado em pacientes que possuem hemofilia A, condição genética que afeta a coagulação do sangue.

Lula discursou na solenidade que contou com a presença da governadora de Pernambuco, Raquel Lyra, de ministros e políticos da região.

“Se nós, brasileiros, que queremos um país soberano, que queremos um país capaz de ter uma indústria da saúde, porque nós temos o órgão consumidor, que é o SUS, a gente não tem por que não acreditar que podemos ter um polo industrial na área da saúde, para competir com qualquer outro país do mundo, por mais rico que seja”, afirmou o presidente.

A capacidade produtiva da planta será de 1,2 bilhão de unidades por ano, suficiente para abastecer 100% da demanda do SUS pelo medicamento. A Hemobrás trabalha ainda para concluir a implantação da fábrica de hemoderivados e iniciar a sua operação até 2026. A previsão é de que a nova fábrica, que responde ao Bloco B07 do complexo da Hemobrás, esteja em atividade a partir de 2025, com distribuição dos produtos para o Sistema Único de Saúde (SUS).

O investimento, que totalizou R\$ 1,2 bilhão, representa o maior aporte em biotecnologia na área da saúde no Nordeste brasileiro até o momento. A iniciativa faz parte da estratégia nacional para o desenvolvimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde, com recursos provenientes do Novo PAC. O objetivo do programa é estimular a reindustrialização do país e atingir a meta de produção nacional de 70% dos produtos consumidos pelo SUS.

O presidente Lula se recordou da convivência que teve com o cartunista Henfil e seu irmão, o sociólogo e ativista dos direitos humanos Betinho, que eram hemofílicos, para destacar a luta dos que sofrem com a doença hereditária. “Eram uns dos gênios da história do Brasil e morreram por serem hemofílicos. Em meio à luta por um Brasil melhor, Betinho e Henfil também travaram uma dura batalha contra as consequências e complicações da hemofilia”, lembrou Lula.

“Era um tempo em que as pessoas com hemofilia sofriam com a falta de tratamento profilático, constantes internações e transfusões de sangue. Uma época em que não tínhamos ainda o rigor de hoje na coleta e destinação das doações de sangue. Perdemos vidas precocemente por não termos tratamento adequado aos portadores de hemofilia. Perdemos Betinho, Henfil e perdemos muitos brasileiros e brasileiras”, acrescentou.

“Com a produção desta nova fábrica de medicamentos Hemo-8r, da Hemobrás em Pernambuco, vamos garantir a produção para atender a 100% da demanda do SUS dos pacientes hemofílicos. Conquistamos soberania na produção do medicamento, deixando de gastar anualmente cerca de 200 milhões”, prosseguiu Lula, destacando o papel do SUS na missão de garantir amplo acesso à saúde para a população.

“Não existe no planeta Terra nenhum país com mais de 100 milhões de habitantes que tenha um Sistema Único de Saúde universal, como é o SUS. Que 99% dos transplantes feitos nesse país, inclusive por gente rica, são feitos pelo SUS”, argumentou.

Para a ministra da Saúde, Nísia Trindade, a Hemobrás é um símbolo da ciência e tecnologia em saúde no Brasil e a inauguração representa um dia muito especial por promover uma ampliação no atendimento

aos pacientes que sofrem com o distúrbio na coagulação do sangue. “É um medicamento biológico que requer muita tecnologia e muito conhecimento. Nós visitamos a fábrica com o presidente Lula, visitamos a planta, e a Hemobrás ainda inaugurará a planta de hemoderivados que vai produzir a imunoglobulina, que vai produzir albumina – tecnologias e bases de conhecimento que servirão para vários outros produtos”, ressaltou.

“A Hemobrás é considerada uma empresa estratégica de defesa, que garante soberania nacional, pois só cinco países detêm a tecnologia que o Brasil agora deterá. É uma etapa muito importante em defesa da vida, em defesa da ciência e tecnologia; na ideia de que o sangue não é mercadoria e que está na origem de todo esse processo, lá na Constituição Federal de 1988”, destacou a ministra da Saúde.

Nísia complementou dizendo que a intenção do presidente Lula é também exportar o medicamento para países que não possuem a tecnologia em seus territórios. “A Hemobrás é considerada uma empresa estratégica de defesa, que garante soberania nacional, pois só cinco países detêm a tecnologia que o Brasil agora deterá. É uma etapa muito importante em defesa da vida, em defesa da ciência e tecnologia; na ideia de que o sangue não é mercadoria e que está na origem de todo esse processo, lá na Constituição Federal de 1988”, concluiu.

A presidenta da Hemobrás, Ana Paula Menezes, lembrou a fundação da empresa pública e celebrou a concretização do projeto. “Estamos prontos para colocar o recombinante na rua e, em breve, estaremos com o presidente Lula e a ministra Nísia para inaugurar a fábrica de hemoderivados. Estamos prontos para qualquer desafio que possa vir no futuro”, declarou.

A inauguração tem forte impacto na geração de empregos da região, com previsão de 2 mil novos postos de trabalho, sendo 1,4 mil diretos e 600 indiretos. O processo de nacionalização do Hemo-8r ocorreu a partir de uma parceria com a empresa japonesa Takeda para transferência de tecnologia. Ainda neste ano, começa localmente o processamento do produto, rotulagem e embalagem. O cronograma culmina na produção brasileira dos insumos, chamados de IFA, em dezembro de 2025.

A governadora de Pernambuco, Raquel Lyra, celebrou o impacto na geração de empregos com a inauguração da fábrica em um município da Zona da Mata canavieira pernambucana. “Aqui, antes, só se via cana-de-açúcar e agora podemos enxergar o Brasil falando com autonomia sobre produção importante do nosso complexo científico, farmacêutico, industrial”, destacou.

“A gente poder falar também sobre a geração de emprego e renda para essa população que não tinha perspectiva antes da decisão política de garantir diversificação da nossa matriz econômica e permitir que, onde a gente tem filhos de lavradores de cana, a gente pode agora ter meninos e meninas, homens e mulheres, trabalhando na indústria farmacêutica”, afirmou Lyra, acrescentando que a iniciativa traz oportunidades também para a população paraibana próxima.



Governadora Raquel Lyra

Tarcísio ameaça privatizar a fabricante de remédios FURP

Maior fábrica de medicamentos da América Latina, a Fundação para o Remédio Popular é estratégica para o país e venda compromete abastecimento. Bolsonaro também ameaça desmontar TV Cultura

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), pretende privatizar a Fundação para o Remédio Popular (Furp), principal fabricante público de medicamentos da América Latina, que é vinculado à Secretaria de Estado da Saúde. A possibilidade foi ventilada durante uma reunião com deputados estaduais aliados.

No encontro, que aconteceu na segunda-feira (1º), no Palácio dos Bandeirantes, Tarcísio disse também que vai promover mudanças na estrutura da TV Cultura, emissora pública que pertence ao governo do Estado. A ideia é desmontar uma Fundação que tem 67 anos de história e que contribui para ampliar o debate em torno de temas relevantes para a sociedade.

As informações são da Revista Veja. Segundo a publicação, a justificativa para privatizar a Furp é a de que os medicamentos produzidos pelo laboratório oficial são caros em comparação com os do mercado, argumento refutado pelo SindsaudeSP (Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo). “A Furp produz medicamentos a baixo custo e atende mais de 3 mil municípios em todo país”, diz a entidade.

A continuidade da farmacêutica estatal vem sendo ameaçada desde 2019, quando o então governador João Doria (PSDB), anunciou a intenção de privatizar ou extinguir a Furp. “A privatização ou ameaça de extinção da Furp representa um ataque gravíssimo à soberania nacional na área de produção de medicamentos”, diz manifesto lançado naquele ano pela Federação Nacional dos Farmacêuticos e o Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de São Paulo.

“Além disso, existem medicamentos que somente a Furp fabrica, pois não há interesse comercial de fabricação por outros laboratórios devido ao baixo retorno financeiro”, continua o texto. “A empresa paulista também é responsável pela produção de inúmeros medicamentos para doenças negligenciadas. Ela é a única fabricante nacional de estreptomicina e de etambutol, que tratam a tuberculose. Também de derivados da penicilina, que, por

serem medicamentos antigos e baratos, poucas empresas têm interesse em produzi-los”, justificaram as entidades.

O documento alerta ainda que uma eventual privatização do laboratório público afetará hospitais e postos de saúde. “A privatização ou extinção da Furp resultará em ainda mais falta de medicamentos em hospitais e postos de saúde e em maior dificuldade da população mais carente ter acesso a tratamentos”.

E ainda, “obrigará o Estado a adquirir de indústrias farmacêuticas privadas parte dos medicamentos que deixarão de ser produzidos pela Furp, o que representará uma ampliação dos gastos públicos com medicamentos”, aponta o texto.

Durante o lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Furp na Assembleia Legislativa de SP (Alesp) em julho de 2023, o professor da Faculdade de Ciências Farmacêuticas da USP Leoberto Tavares, defendeu uma política de estímulo à instalação de indústrias produtoras de Insumos Farmacêuticos Ativos (IFAs) no Estado de São Paulo para reduzir a dependência externa.

“Ao longo do tempo, o Brasil, assim como outros países, especialmente da América Latina, tem uma dependência imensa do mercado internacional, apesar de já ter sido um país produtor de insumos e até exportador nas décadas de 60 e 70, o que foi se perdendo ao longo do tempo”, apontou.

“Uma dependência”, continuou, “preocupante, que acaba exalando para uma questão de segurança nacional como o que aconteceu na Argentina, quando entrou em conflito com a Inglaterra, que bloqueou o fornecimento de fármacos e precisou ser socorrida por países vizinhos”, alertou o docente, que é coordenador do grupo de trabalho da Frente.

A Furp, que completa 56 anos de história na próxima terça (9), possui duas unidades, uma em Guarulhos (Grande São Paulo) e outra na cidade de Américo Brasiliense (SP). Atua diretamente no atendimento de prefeituras, consórcio de municípios, secretarias de saúde municipais e estaduais, santas casas, hospitais, sindicatos e entidades filantrópicas.

PF captura no Pará os fugitivos da Penitenciária Federal de Mossoró

A Polícia Federal (PF) recapturou nesta quinta-feira (4) Rogério da Silva e Deibson da Costa, os dois fugitivos que escaparam do Sistema Penitenciário Federal de Mossoró, no Rio Grande do Norte.

Os foragidos foram localizados na cidade de Marabá, no Pará, cerca de 1.600 km do local da fuga. Ao todo, foram 50 dias de buscas até encontrar os detentos, que fugiram no dia 14 de fevereiro.

“Na tarde desta quinta-feira (4), em uma ação conjunta das polícias Federal e Rodoviária Federal, foram presos, em Marabá (PA), os foragidos do Sistema Penitenciário Federal Rogério Mendonça e Deibson Nascimento”, informou a PF em nota oficial.

Eles estavam em um comboio de três carros e seguiam pela Rodovia Transamazônica (BR-230) até Rondônia, onde tinham o objetivo de fugir do país. pic.twitter.com/p6Tt1CV9xh

De acordo com a PF, os fugitivos foram encontrados na ponte que atravessa o Rio Tocantins. A abordagem dos policiais ocorreu neste local para evitar a fuga pelo rio. Agora, Rogério e Deibson devem voltar ao presídio de Mossoró.

Para recapturar os fugitivos, que se tornaram os primeiros a escapar de uma unidade de segurança federal, o Ministério da

Justiça e da Segurança Pública montou uma força especial. Ao todo, o governo federal mobilizou cerca de 500 policiais (federais, municipais e civis) nas operações, além de integrantes da Força Nacional de Segurança.

No período de buscas, a PF prendeu ao menos oito pessoas suspeitas de dar apoio aos fugitivos. A última detenção ocorreu no início desta semana, em Fortaleza.

Rogério e Deibson possuem ligações com o Comando Vermelho (CV), uma das maiores facções criminosas do Brasil. Segundo a PF, o comboio organizado pela facção levaria os fugitivos para Rondônia, onde eles atravessariam a fronteira.

FUGA

Rogério da Silva Mendonça, o Querubim, tem 35 anos. Natural de Rio Branco, no Acre, ele foi transferido para o Rio Grande do Norte após uma rebelião no Presídio Antônio Amaro Alves, na capital acreana, em julho de 2023.

Deibson Cabral Nascimento, conhecido como Tatu, nasceu em Brasileira (AC). Ele tem 33 anos e também estava no presídio de segurança máxima de Mossoró desde 2023. Foi transferido de Rio Branco no mesmo grupo de Rogério, após tramarem uma rebelião no Presídio Antônio Amaro Alves, em julho do ano passado.



“Privatização ou extinção da Furp resultará em ainda mais falta de medicamentos em hospitais”, alertam entidades de farmacêuticos

Presidente da Câmara aponta “desconforto” e diz que vereadores podem não votar privatização da Sabesp

O presidente da Câmara Municipal de São Paulo, Milton Leite (União Brasil), disse que hoje não há votos suficientes na Casa para aprovar o projeto de lei municipal que autorizaria a privatização da Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo). “A sensação, na Câmara, é de desconforto com o projeto. Hoje, nós não temos votos para aprová-lo. E, no desconforto, eu não voto,” afirmou o vereador.

Segundo Leite, Tarcísio tentará acelerar a tramitação na Câmara, “mas vai ter muita dificuldade, pois há resistência de vários lados”, avalia. “Os vereadores estão torcendo o nariz. Nós vamos entregar a Sabesp para quem? Não temos uma direção”, continua. Apesar de ser favorável à “tese de privatização (da Sabesp)”, ele diz que discorda da forma como “o projeto está neste momento”.

Na entrevista concedida ao jornal O Globo, o presidente do Legislativo paulista não estabeleceu uma agenda para tramitação da proposta e disse que seguirá o “calendário da realidade”.

Ele também questiona se o município vai continuar recebendo o percentual de 7,5% da receita da Sabesp para investir em projetos ambientais se a empresa for privatizada, outro entrave para o aval dos vereadores. “Qual a vantagem então? Que motivo alguém tem para votar? Estamos com bastante dificuldade”, disse. “Eu não posso votar um projeto desse sem convocar audiência pública para discutir com a sociedade”, afirmou Leite.

Outro impasse levantado por ele é se um eventual comprador da Sabesp vai arcar com a responsabilidade do tratamento de esgoto que é despejado hoje nas represas Billings e Guarapiranga, consequência das moradias irregulares no entorno dessas reclusas. Outra proposta é que a empresa se comprometa com a construção de habitações.

Atualmente o texto está em análise na Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa e ainda deve passar por outras comissões e audiências públicas nos “quatro cantos da cidade”, segundo o vereador.

Em fevereiro último, o governador Tarcísio de Freitas chegou a afirmar que a Câmara Municipal havia “girado a chave da resistência” na questão da privatização da estatal. “Acho que a gente vai caminhar muito bem”, gabou-se. O governo tem trabalhado com a perspectiva de jogar as ações da empresa na Bolsa de



Milton Leite afirma ver ‘dificuldade’ no projeto

Valores até agosto deste ano.

Em dezembro do ano passado, enquanto manifestantes eram expulsos de forma violenta dos corredores da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) e com o plenário da Casa tomado por gás lacrimogêneo, deputados governistas aprovaram o projeto que autorizou o governo do Estado a dar início a privatização da companhia.

SÃO PAULO NA CONTRAMÃO

Obsessão manifestada desde a posse de Tarcísio em 2023, a privatização da empresa de água e saneamento de SP vai na contramão de movimentos internacionais. Nos últimos anos, países da Europa vêm reestatizando suas empresas de água e energia, em razão da ineficiência dos serviços operados por empresas privadas.

Todas as etapas do processo para ceder a Sabesp ao controle privado tem sido marcado por irregularidades, a começar pelo “estudo” de viabilidade da privatização. A empresa contratada para isso foi a Internacional Finance Corporation, credora da companhia, e braço do Banco Mundial.

“Esse contrato chamou muito a nossa atenção, primeiro porque foi feito sem licitação, foi uma contratação direta com essa consultoria que, aliás, também é a consultoria responsável por outros estudos, como o da concessão do transporte sobre trilhos”, denunciou o deputado estadual Guilherme Cortez (PSOL-SP) em entrevista ao HP em novembro de 2023.

“Em segundo lugar, por um valor exorbitante – e por uma contradição porque o contrato prevê dois pagamentos: se o estudo apontasse contra a privatização, a empresa receberia R\$ 8 milhões, mas se ela fosse favorável à privatização da Sabesp, receberia consideravelmente mais: R\$ 45 milhões”, apontou o parlamentar.

Outro problema envolvendo a proposta foi a celebração com que o projeto tramitou na Alesp. Sem passar por comissões importantes

que deveriam analisar o tema, foi instalado na casa um imbróglgio chamado “congresso de comissões”, manobra que resultou na aprovação do texto do relator favorável à venda da estatal.

Deputados contrários ao projeto criticaram a falta de transparência e de debate com a sociedade para discutir a venda de uma empresa estratégica como a Sabesp e que entrega um serviço eficiente aos consumidores.

Dados do Censo 2022 divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em fevereiro deste ano mostram que o Estado de São Paulo é o que tem o melhor serviço de esgoto do país. Segundo o levantamento, 90,8% da população tem acesso ao sistema de coleta, enquanto a média nacional é 62,5%.

Após o aval dos governistas na Alesp, o prazo para leitura e contribuições da sociedade civil e dos 375 municípios atendidos pela estatal foi muito estreito: trinta dias apenas. “Documentos que somam perto de 25 mil páginas, são mais de 430 horas de leitura”, criticou o engenheiro Amauri Pollachi, conselheiro do Observatório Nacional dos Direitos à Água e ao Saneamento (Ondas) e diretor de Relações Externas da APU (Associação dos Profissionais Universitários da Sabesp).

No Legislativo municipal também houve críticas à corrida para aprovar o texto enviado pelo prefeito Ricardo Nunes (MDB) à Casa favorável à privatização antes mesmo sem a Comissão de Estudos Relativos ao Processo de Privatização da Sabesp criada no Parlamento paulistano concluir os trabalhos.

“Ainda não concluiu os seus estudos sobre o impacto da privatização da Sabesp e já tem um Projeto de Lei enviado para a Casa para autorizar o prefeito a mudar o contrato que nós temos com a Sabesp desde 2010”, disse o vereador Hélio Rodrigues (PT).



Em 2023, foram 284.706 ocorrências emergenciais de falta de luz

Apagões aumentaram 28% em São Paulo após a Enel assumir distribuição de energia

Segundo os dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o número de ocorrências de interrupções de energia cresceu 28% desde que a Enel assumiu a operação em São Paulo.

A concessionária Enel é responsável pelo fornecimento de energia da capital paulista e de outros 24 municípios da Região Metropolitana.

Em todo o ano de 2023, foram registradas 284.706 ocorrências emergenciais por falta de luz. Em 2019, o número de reclamações do mesmo tipo foi de 223.024. A distribuidora comprou a maior parte das ações legais da Eletropaulo, responsável pela gestão anterior, em junho de 2018.

Além do aumento no número de interrupções de energia elétrica, o tempo médio de preparação das equipes para atendimento de emergências cresceu 60% no mesmo período.

Em 2019, a média era de 7 horas para o atendimento a emergências de acordo com dados da Aneel. Em 2023, passou para cerca de 11 horas. Neste ano, considerando apenas os meses de janeiro e fevereiro, o tempo médio de espera já ultrapassa 12 horas.

O aumento no número de ocorrências de interrupção de energia elétrica pode estar ligado à falta de manutenção da rede de energia, enquanto o crescimento no tempo médio para atendimentos emergenciais está relacionado com a redução brusca no número de equipes na rua por cortes de custos na empresa.

Desde que assumiu a gestão da energia em São Paulo, a Enel caiu seis posições no Ranking de Continuidade do Fornecimento da Aneel. O ranking é feito com base no Desempenho Geral de Continuidade (DCG) das distribuidoras, um índice elaborado a partir de dois critérios: a duração e a frequência das interrupções de energia elétrica.

O ranking compara as 29 concessionárias de grande porte no país, que são aquelas que atendem mais de 400 mil unidades consumidoras. Em 2019, a Enel SP ocupava a 15ª posição neste ranking. No ano passado, estava na 21ª colocação.

MULTA

A Enel recebeu mais uma multa do Procon-SP por diversas infrações ao Código de Defesa do Consumidor. O valor é de R\$ 12,9 milhões.

Segundo o Procon-SP, dentre as infrações, a mais “impactante” foi a falta de fornecimento de energia para a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, localizada na região central da cidade, tanto pela rede normal quanto por geradores, que demoraram muito para serem acionados. Outras falhas que justificam a multa foram as interrupções na região da rua 25 de Março e em endereços nos bairros de Higienópolis e Santa Cecília, além de cobranças indevidas, problemas no serviço de atendimento ao cliente e falta de respostas a uma notificação anteriormente enviada à empresa, conforme explica o Procon-SP.

Esta é a segunda vez que o órgão multa a Enel pela interrupção de energia em um curto período. No final do ano passado, foi aplicada uma multa de R\$ 12,7 milhões à companhia, pela falta prolongada do serviço. Também multada pela Aneel em R\$ 165,8 milhões após o apagão que deixou boa parte da cidade de São Paulo no escuro no ano passado por uma semana, a Enel ainda não quitou a dívida com a agência. A multa foi aplicada no início de fevereiro deste ano e tinha dez dias para ser paga ou contestada pela companhia, segundo a Aneel.

Passado mais de um mês do fim do prazo, a concessionária de energia ainda não liquidou a dívida e, de acordo com a agência, há um recurso administrativo interposto pela concessionária em fase de análise.

NOVO APAGÃO

Ruas no Centro de São Paulo voltaram a registrar apagão de energia elétrica nesta sexta-feira (5). Estabelecimentos no entorno do Mercado Municipal, o Mercado, amanheceram sem luz. De acordo com a Enel, empresa responsável pelo serviço de fornecimento na cidade, o problema teria sido causado a partir de um furto de cabos na rede subterrânea que abastece a região.

“O furto impossibilitou que fossem realizadas manobras automáticas na rede após a falha em um equipamento, causando a interrupção no fornecimento de energia”, disse a empresa em nota.

Em março, bairros da região central ficaram por dias sem energia elétrica em função de um problema na rede subterrânea da Enel.

A empresa afirmou estar trabalhando para restabelecer o fornecimento no “menor prazo possível”. Geradores foram disponibilizados em caso de necessidade para comerciantes que atuam nas ruas atingidas.

“PL do governo abre precedente perigosíssimo para exploração do trabalho por aplicativos”

O procurador do Ministério Público do Trabalho (MPT), Ilan Fonseca de Souza, denunciou, em pesquisa para sua tese de doutorado apresentada à Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), que o chamado “trabalho autônomo” dos motoristas de aplicativos, na realidade, representa uma relação direta de patrão e empregado.

De acordo com o pesquisador, “o trabalho atualmente realizado por motoristas de aplicativo pode ser enquadrado como uma relação de emprego, tendo em vista se tratar de relação de assalariamento, ou seja, de venda de força de trabalho. Mais do que isso, o trabalho uberizado tem a subordinação enquanto destacado elemento determinante. A intermediação das ordens através da inovação tecnológica dos aplicativos não diminui a intensidade do poder diretivo patronal e não se deve legitimar o mito da neutralidade tecnológica. A inovação digital, ao contrário, apenas reforça o poder de mando patronal ao permitir uma vigilância constante, simultânea e absoluta de uma grande massa de trabalhadores, em uma relação jurídica cuja modalidade de remuneração revive o longínquo salário por peça”.

Em entrevista ao portal Uol, Ilan Fonseca falou sobre a pesquisa e também avaliou o recente projeto apresentado pelo governo para o setor. Na avaliação do procurador, que participou, pelo MPT, do grupo de negociação do governo com as empresas, havia “muita esperança de que fosse um projeto, ainda que não houvesse reconhecimento do vínculo de emprego, que conseguisse atender aos interesses da categoria dos motoristas. Parece que as representações [dos trabalhadores] que ali estiveram não tinham essa legitimidade em relação a toda a base da categoria, e o projeto parece atender 100% os interesses das plataformas”.

O procurador avalia que o projeto não impõe limites às empresas sobre os trabalhadores, sendo esses submetidos a diversos tipos de pressão, cobranças e punições, constatadas pelo próprio procurador durante pesquisa de campo em que esteve por 352 horas ao volante, entre 1º de dezembro de 2021 e 30 de março de 2022. “A empresa faz uso de uma série de prerrogativas típicas de um poder patronal, mas fica o tempo todo falando em empreendedorismo. O trabalhador se sente autônomo, mas trabalha 12, 14, 16 horas por dia”, afirma.

NEM AUTÔNOMO, NEM TRABALHADOR COM CARTEIRA

“O que mais me preocupa é o fato de se estar criando no Brasil um terceiro gênero em que você não é nem autônomo, nem trabalhador com carteira assinada”. De acordo com Ilan, além de não garantir os direitos dos motoristas de aplicativos, a lei abre brecha para que empresas de outros setores estabeleçam uma relação com os empregados semelhante ao Uber.

“Você tem um trabalhador hoje que é de uma grande rede varejista e ele trabalha de forma subordinada, com ordens verbais diretas. Essa rede varejista vai falar assim: ‘e se a gente criar uma plataforma digital?’. Então, ela vai fazer uma construção jurídica para dizer ‘olha, a nossa situação é muito semelhante à da Uber. Ele trabalha com metas, ele se apresenta aqui no horário que quiser. É uma coincidência que ele apareça aqui sempre das 8h às 18h’. Isso representa um precedente perigosíssimo. O Brasil já vive com um índice de informalidade que beira sempre a 40%”, ressalta.

Em seu trabalho de pesquisa, Ilan mostra também como são falsos os argumentos de que o avanço de tecnologias requer a revisão de direitos trabalhistas, discurso de fachada daqueles que querem mesmo é enterrar qualquer direito para os trabalhadores.

“A tecnologia não inviabiliza o direito do trabalho, mas, ao contrário, esse ramo juslaboral surge por força da tecnologia e, com ela, se aperfeiçoa, jamais devendo recuar, pois é no momento histórico de saltos tecnológicos que o direito do trabalho ganha vida. Se o moinho a vapor exigia novas funções, novas situações sociais e uma nova mentalidade, atualmente o trabalho dos motoristas mediado por aplicativos exige novas funções, novas situações sociais e uma nova mentalidade, em especial dos operadores do direito, mas sempre de acordo com a principiologia atávica a esse ramo do direito, uma vez que a contemporânea revolução digital também convive, inexoravelmente, com a venda da força de trabalho e com a assimetria de poderes entre patrões e empregados.”

“A subordinação clássica está muito presente no transporte de passageiros mediado por plataformas. Nesse sentido, presentes os demais requisitos da relação de emprego, como pessoalidade, onerosidade e não eventualidade, não há empecilho jurídico para que se reconheça a existência desse contrato de trabalho”, afirma o procurador.

Em abril de 2022, a Terceira Turma do TST reconheceu o vínculo de emprego entre um motorista de aplicativo e a Uber do Brasil, afirmando que, no caso em questão, estavam presentes “elementos que caracterizam a relação de emprego: a prestação de trabalho por pessoa humana, com pessoalidade, onerosidade, não eventualidade e subordinação”. Já o Supremo Tribunal Federal (STF) ainda analisará o tema, com histórico, no entanto, desfavorável aos trabalhadores no caso dos entregadores, anulando decisões favoráveis de instâncias da Justiça do Trabalho, que têm reconhecido vínculo entre motociclistas e empresas.

Servidores fazem dia nacional de paralisação nacional por reajuste



Assembleia dos docentes da Universidade de Brasília também aprova greve



O novo assalto aos aposentados

O jornal O Globo e o Jornal Nacional, também da Rede Globo, preparam um novo assalto à Previdência Pública. Isso acontece sempre quando começam a alardear pelo noticiário que a Previdência vai quebrar, que o governo não poderá pagar as aposentadorias num futuro próximo, que já existe um déficit (diferença entre o que se arrecada para a Previdência e o que se gasta com os beneficiários), que esse déficit vai aumentar ano a ano, etc., etc.

Em matérias publicadas na segunda-feira, dia 1º de abril, anunciam que “o desequilíbrio impõe uma nova reforma da Previdência”... “enquanto contribuintes aumentaram 0,7% ao ano entre 2012 e 2022, novos beneficiários cresceram 2,2%”. A solução, segundo eles, para evitar o “imminente” desastre, que vai arrasar a vida dos velhos, é reduzir, ainda mais, as aposentadorias, aumentar o tempo de trabalho na ativa e extrair direitos.

Guedes, ministro da economia de Bolsonaro, é o pai desse golpe. Aplicou o artilho, sem dó, no Chile de Pinochet, até acabar com a previdência pública. O resultado, todo mundo sabe: o número de suicídios entre idosos cresceu de 13 mil para 100 mil, em 2017, segundo o centro de estudos para velhice da Universidade Católica.

A Previdência é motivo de cobiça dos banqueiros, rentistas e especuladores, que se locupletam aqui no

Brasil com a maior taxa de juro do mundo, estabelecida pelos próprios. Para continuarem mamando nas tetas do Estado, não tiram os olhos gordos da arrecadação da Previdência.

São responsáveis pela penúria que vive o país, pela desindustrialização, pelo desemprego, pelo drama da metade da mão de obra estar na informalidade, sem direito algum e pelo crescimento píffio (há 40 anos, é de 2% ao ano) que derruba a arrecadação e as contribuições para a Previdência. Desse jeito, se o povo não tomar providências urgentes, acabam matando a “galinha dos ovos de ouro”.

Eis o Manual prático do assalto à Previdência:

1. A Constituição Federal, no seu art.194, determina “que a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”. Portanto, a Previdência faz parte do sistema de Seguridade Social. Isso quer dizer que todos têm direito à aposentadoria de pelo menos um salário mínimo.

2. Os trabalhadores rurais não arrecadam para a Previdência; nem os 39 milhões que estão na informalidade. A Constituição prevê essa situação. O Art.195 diz que “a seguridade social financiada por toda a sociedade, de forma direta

e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais” (que foram criados com o fim de financiar a universalidade da previdência)...

3. Segundo explica a apostila da “estratégia e concursos” existem diversos tipos de contribuições sociais. É nessa categoria que encontram-se tributos como o PIS e a Cofins, que incidem diretamente sobre o faturamento das empresas; a CSLL, que incide sobre o lucro”. Além dessas contribuições, tem a Contribuição Previdenciária, de 20%, que incide sobre a folha de pagamento paga, pelo patrão, e de 7,5% a 14%, descontado do salário do trabalhador.

4. O assalto consiste em:

- a) Considerar arrecadação da Previdência somente as contribuições do patrão e do empregado, e embolsar o dinheiro das contribuições sociais para o superavit primário, que quer dizer pagamento de juros.

- b) Desonerar a folha de pagamento, ou seja a contribuição dos patrões, para “estimular” a economia.

- c) O objetivo maior é acabar com a seguridade universal e colocar as patas na arrecadação da previdência, como no Chile.

CARLOS PEREIRA

Diversas categorias já aprovaram greve contra a proposta de reajuste zero do governo federal

Servidores públicos federais de diversas categorias, como profissionais de ensino, áreas de saúde, técnicos administrativos, funcionários da Receita, do Banco Central, e demais órgãos federais, realizam nesta quarta-feira (3) mais um dia nacional de mobilizações e paralisações, organizado pelo Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe), contra a proposta de reajuste zero do governo.

Hoje, alguns segmentos já deflagraram greve por tempo indeterminado, como os servidores federais da educação básica, profissional e tecnológica. Os servidores técnicos administrativos em educação iniciaram a paralisação no dia 11 de março e, no dia 15 de abril, os docentes das universidades, liderados pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), também entram em greve.

Hoje pela manhã, convocados pelo Fonasefe, os servidores protestaram em frente ao prédio do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), em Brasília. Portando faixas e cartazes, os trabalhadores discursaram se dirigindo diretamente à ministra da Gestão e da Inovação, Esther Dweck, para cobrar uma resposta efetiva do governo na Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP). “0% de reajuste não dá! Os servidores amargam perdas salariais desde o governo Temer. Por isso, a

única saída é intensificar as mobilizações”, afirmaram as lideranças sindicais.

Os servidores cobram reajuste salarial ainda este ano, com recomposição que varia de 22,71% a 34,32%, dependendo da categoria, além da reestruturação das carreiras. O governo, porém, propõe a revisão nos salários a partir do próximo ano, com reajuste de 9% dividido em dois anos: 2025 e 2026.

O funcionalismo também quer a revogação dos “retrocessos” do governo Bolsonaro, como portarias, instruções normativas, decretos administrativos e outras ações que atingiram os servidores e o serviço público federal. “As negociações com o governo por recomposição salarial se arrastam há oito meses. O funcionalismo federal tem se mostrado aberto a negociar, mas o governo insiste em congelar os salários por mais um ano”, afirma o Fonasefe.

“Com este ato público, queremos demonstrar para o governo a nossa insatisfação, especialmente quando consideramos a disparidade no tratamento dado aos servidores do Legislativo e do Judiciário. Historicamente, os servidores do Executivo têm os menores reajustes, e essa disparidade vem aumentando ano a ano. O governo precisa reconhecer o nosso valor e reverter esse quadro. Para isso, o reajuste do vencimento básico também este ano é fundamental”, afirmou a vice-presidente do Sindifisco Nacional, a auditora-fiscal Natália Nobre, durante a manifestação em Brasília na manhã desta quarta-feira.



Educação básica federal já paralisa 360 instituições, afirma sindicato

O movimento grevista dos servidores federais por aumento salarial, reestruturação de carreira e contra a proposta do governo de reajuste zero em 2024, que já vinha ocorrendo nos últimos meses, se intensificou ainda mais desde quarta-feira (3), Dia Nacional de Mobilização da categoria.

Segundo o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE), até a quinta-feira milhares de servidores técnico-administrativos – TAEs e docentes, reunidos em mais de 360 unidades federativas espalhadas em 23 estados já aderiram à greve. Essas unidades englobam tanto institutos federais de Educação quanto de instituições de ensino ligadas ao Ministério da Defesa.

“O governo precisa colocar dinheiro para a reestruturação das carreiras de educação e docentes. Queremos disputar o dinheiro que está na mão do governo neste momento e o dinheiro que estará na LOA [Lei Orçamentária Anual] de 2025”, afirmou David Lobão, coordenador-geral do Sinasefe.

Além da pauta econômica e reestruturação de carreira, os profissionais também reivindicam revogação de medidas implementadas no governo Bolsonaro que prejudicam a educação e recomposição do orçamento das instituições educacionais, com reajuste imediato dos auxílios e bolsas de estudantes. Os servidores também pressionam o Mi-

nistério da Gestão e Inovação (MGI) pelo aumento de cerca de 51% nos auxílios de alimentação, saúde e creche prometido pelo governo em sua proposta original.

Em relação a essa questão, o Fonacate (Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas do Estado) e o Fonasefe enviaram ofício ao MGI pedindo “providências para implementação imediata do reajuste de benefícios”.

O movimento também abrange servidores de outras carreiras como funcionários do Banco Central, do Tesouro Nacional, da Receita Federal, da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), analistas de comércio exterior e membros de carreiras ambientais (como ICMBio e Ibama), que promovem paralisações pontuais, atuam em “operação-padrão” (rotina de maior burocracia, com impacto negativo no tempo dos serviços) ou promovem ações de mobilização.

Além disso, funcionários técnicos-administrativos das universidades param no dia 11 de abril e os docentes universitários têm indicativo de greve a partir do dia 15. No dia 17, o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) realiza uma marcha nacional em Brasília.

Diante do crescimento da mobilização, o governo sinalizou às entidades a retomada da Mesa Nacional de Negociação, paralisada desde o final de fevereiro, e deve marcar uma nova reunião na próxima semana.





Pellegrini quer Eslováquia 'do lado da paz' **Contrário a envio de armas à Ucrânia, Pellegrini é novo presidente da Eslováquia**

Apontado como um "candidato nacionalista de esquerda", Peter Pellegrini, foi eleito presidente da Eslováquia, derrotando neste sábado (6) o antigo ministro de Relações Exteriores, Ivan Korcok, ex-embaixador nos Estados Unidos e Alemanha, e ex-enviado eslovaco ante à Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan).

Pellegrini é um aliado próximo do primeiro-ministro do país, Robert Fico, que se opõe veementemente ao envio de armas e soldados para a Ucrânia, país vizinho que tem apoio da Otan para levar adiante uma guerra contra a Rússia sob auspícios da Otan e satélites europeus, dos quais a Eslováquia caminha para se desvencilhar.

De acordo com o Escritório de Estatística da Eslováquia, Pellegrini recebeu 53,12% dos votos, contra 46,87 do belicista, apontado como um fiel seguidor do Ocidente. Com mais de 61% de participação, a eleição superou até mesmo a elevada participação do primeiro turno e é a mais alta desde 1999.

No seu discurso de vitória, o presidente eleito prometeu "fazer todo o possível para garantir que a Eslováquia permaneça sempre do lado da paz e não do lado da guerra, quer alguém goste ou não". E, de forma categórica, reiterou que o envio de tropas e armas à Ucrânia representa uma escalada perigosa que põe em perigo a estabilidade da região e de todo o planeta.

Primeiro-ministro entre 2018 e 2020, Pellegrini é atualmente o presidente do parlamento da Eslováquia, aliado a Robert Fico, que reverteu a decisão do governo anterior de enviar a ajuda militar à Ucrânia.

Fico criticou abertamente a Otan e a UE pelo apoio incondicional à Ucrânia contra a Rússia, assinalando que a Eslováquia não deveria ser arrastada para o conflito. Ele condenou Korcok, a quem acusou de ser "um fomentador da guerra que apoia sem hesitação tudo o que o Ocidente lhe diz".

O primeiro-ministro também acusou Kiev de fazer exigências sem base na realidade em relação a um possível acordo de paz com Moscou, e defendeu que a Ucrânia desista das suas reivindicações territoriais. Reivindicações que aliás perdem sentido pois deplois do governo de caráter neonazi e submisso aos EUA haver agredido as populações que estavam nas fronteiras ucranianas mas mantinham laços com a Federação da Rússia inclusive adotando majoritariamente a fala russa. As populações da região agredida pelo regime de Zelenski se rebelaram e pediram o desligamento da Ucrânia e a integração com o território russo, em pleitos plibisicitários com aprovação vastamente majoritária.

Korcok admitiu o resultado, mas disse estar "muito decepcionado" com a derrota.

Milei se fantasia para anunciar instalação de uma base naval dos EUA na Argentina

O presidente argentino viajou seis horas para bater continência à chefe do Comando Sul dos Estados Unidos. "Se disfarçar de soldado para expressar a submissão a uma nação estrangeira. Seu servilismo é humilhante", condenou o ex-presidente Alberto Fernández.

Javier Milei viajou 2.350 quilômetros e encarou seis horas de voo para ir a Ushuaia, na Patagônia, cantar o hino nacional dos Estados Unidos e anunciar a construção de uma base militar naval do império no extremo sul da Argentina, o "grande centro logístico" mais próximo da Antártida.

Fantasiado de militar, o servil se encontrou com a chefe do Comando Sul dos EUA, Laura Richardson, a quem bateu continência e prestou vassalagem, assegurando ao país do Norte "a porta de entrada do continente branco". Atualmente, os navios que viajam à Antártida são abastecidos principalmente em Punta Arenas, no Chile, ou nas Ilhas Malvinas, argentinas, atualmente sob controle da Inglaterra.

Milei disse que os argentinos têm "uma afinidade natural" com os Estados Unidos, com quem partilham "a defesa da vida, da liberdade e da propriedade privada". Para ele, em um momento em que "o Ocidente está em risco", diante dos avanços da China e da Rússia, é necessário que haja resposta conjunta. Com os ianques.

"O presidente argentino, ao falar de 'expansões territoriais', disfarçado de soldado ao lado de uma autoridade do exército dos Estados Unidos, nos enche de vergonha como nação", declarou o ex-presidente Alberto Fernández, para quem o "discurso expressa a submissão a uma nação estrangeira". "Suas palavras também são uma provocação

às nossas irmãs nações vizinhas e a todos os países com quem mantemos fortes laços comerciais e culturais", apontou Fernández. "Ser servilismo é humilhante. Creio que ninguém lhe pediu tanto. Nem as autoridades dos Estados Unidos", protestou.

Para aprofundar sua política de alinhamento automático com a Casa Branca, o palhaço da Casa Rosada suspendeu todo e qualquer investimento com capital chinês que fortaleça um desenvolvimento independente da Argentina, até mesmo as obras das represas hidrelétricas de Santa Cruz, que estão quase finalizadas. Descartou que empresas chinesas participem na Hidrovia (bacia do rio Paraná, epicentro comercial da região), cancelou a construção das centrais nucleares em Buenos Aires e impediu o acesso de Pequim aos maiores depósitos de lítio e minerais raros, insumos-chaves para o desenvolvimento tecnológico.

O deputado de Santa Fé, Eduardo Tonioli, da União pela Pátria, assegurou que "tamanho nível de entrega não tem comparação". "A alegria canina com que anuncio em rede nacional a construção de uma base naval conjunta na Terra do Fogo, só pode ser comparada em nossa história com a atitude de um obscuro vice-presidente da infame década, Julio Roca, que - antes da assinatura do Pacto Roca Runciman - gritou exultante: 'A Argentina é a joia mais preciosa da coroa britânica'", lembrou.

"Todo argentino que ama a sua Pátria tem o dever moral de enfrentar esta ordem de coisas", destacou Tonioli. "Para nós que temos responsabilidades institucionais circunstanciais, a obrigação é dupla: não se pode transigir com quem, em nome da liberdade, pretende nos transformar num indigno protetorado do país do Norte", protestou.

Com privatizada inglesa da água à beira da falência, cresce debate de reestatização



Thames Water está atolada em dívidas bilionárias e é acusada por crimes ambientais

Multidão no centro de Tel Aviv exige saída de Netanyahu

O "Fora Netanyahu" mobilizou dezenas de milhares de israelenses por todo o país neste sábado (06). Ao se completarem seis meses do genocídio de palestinos na Faixa de Gaza, multidões tomaram as ruas em diversas cidades.

Em Tel Aviv, a maior das manifestações congregou 100 mil pessoas. O ato teve início na Praça da Democracia, um cruzamento de duas avenidas centrais da cidade, assim rebatizado em homenagem às enormes manifestações contra o ataque antidemocrático ao Judiciário que partiu de Netanyahu, antes do atual confronto e que sacudiram o país em 2023.

Carregando caricaturas de "Bibi", com palavras como "Culpado", bandeiras israelenses e entoando palavras de ordem contra o governo e por eleições já. A marcha seguiu então para reunir-se com outro protesto exigindo uma solução negociada para libertar os 129 reféns ainda detidos em Gaza, 34 dos quais morreram, alguns por fogo disparado por forças israelenses.

"FORA JÁ"

"Benjamin Netanyahu está atrasando deliberadamente o acordo. É ele que se interpõe entre nós e os nossos entes queridos em Gaza", manifestou no protesto Einav Zangauker, cujo filho ainda é mantido em cativeiro na Faixa de Gaza, informou o jornal Times of Israel.

Einav Zangauker acrescentou que "os reféns não têm tempo para esperar", insistindo que "o obstáculo ao acordo deve ser removido agora e é por isso que Netanyahu deve ser substituído imediatamente".

Zangauker que tem se tornado um dos principais destaques nos atos contra a continuação do ataque a Gaza, já havia conclamado em ato similar em Tel Aviv, uma semana atrás: "Vamos incendiar o país se preciso for, Netanyahu tem que sair".

As manifestações das últimas duas semanas, tanto pela sua dimensão (que havia arrefecido por conta do clima de guerra que Netanyahu instala em Israel), como pelo tom das proclamações dos manifestantes, marcam uma retomada da insatisfação popular que começa a se manifestar em concentrações que tomam o centro de cidades além de Tel Aviv, a exemplo dos protestos diante do parlamento israelense, o Knesset, em Jerusalém e atos de milhares em Haifa, Beer Sheva e



"Meio ano de inferno", diz cartaz erguido em Tel Aviv

Cesarea (onde fica residência particular de Bibi).

VIOÊNCIA

O protesto ficou, contudo, marcado por um atropelamento intencional quando um motorista jogou seu carro contra manifestantes e deixou cinco feridos, um deles em estado grave. Os autores do crime são um casal de apoiadores de Netanyahu que, antes de avançar contra a multidão, acusou os manifestantes de serem "esquerdistas", informa a agência noticiosa EFE.

O atropelamento "é resultado direto do incitamento vindo do Governo e da sua máquina midiática de veneno. (...) A polícia deve tratar os agressores com toda a severidade da lei", assinalou o líder da oposição e ex-primeiro-ministro Yair Lapid. "Não seremos dissuadidos ou forçados a parar de protestar até que os reféns sejam devolvidos e este terrível Governo caia", frisou.

Manifestações menores ocorreram em cerca de 50 cidades.

MULHERES E CRIANÇAS

A ministra palestina dos Assuntos da Mulher, Mona Al-Khalili, afirmou que as forças de ocupação israelenses visam deliberadamente mulheres e crianças em Gaza e na Cisjordânia.

Al-Khalili acrescentou num comunicado de imprensa, registrado no domingo (07) pela Agência Wafa, que as mulheres palestinas na Faixa de Gaza sofrem as condições mais perigosas e duras das últimas décadas, como resultado da deterioração de seu acesso a tratamento de saúde, nas suas possibilidades de sobrevivência, de deslocamento e da falta de abrigo, além da escassez de comida e água.

Ela destacou que 9.560 cidadãs foram mortas desde o início da agressão israelense à Faixa de Gaza, em 7 de outubro, de um número total de vítimas mortais de 33.175, segundo estatísticas divulgadas pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA).

Al-Khalili indicou que existem atualmente cerca de 15.000 mulheres grávidas na Faixa de Gaza,

95% das quais não comem quantidades suficientes de alimentos, o que aumenta os riscos para a saúde da mãe e da criança a nascer.

A ministra acrescentou que há cerca de um milhão de mulheres deslocadas à força que enfrentam riscos exacerbados de proteção em centros de abrigo que carecem de necessidades básicas e de privacidade, no meio da dificuldade de funcionamento das redes de apoio familiar, acrescentando que há aproximadamente 37 mães mortas todos os dias, deixando para trás famílias devastadas e crianças deslocadas.

O comunicado salienta que 8.100 mulheres darão à luz no próximo mês na Faixa de Gaza, observando que as restrições à circulação ainda estão em vigor e o desmembramento das cidades continua, dificultando o acesso a serviços vitais de saúde e sociais, o movimento de ambulâncias e a prestação de ajuda humanitária.

Na Cisjordânia, Al-Khalili disse que as forças de ocupação deslocaram 1.620 famílias palestinas, incluindo 710 crianças, incluindo Jerusalém Oriental, devido à aceleração na demolição de casas palestinas.

Em alusão clara a sua negativa a atuar por um acordo de cessar-fogo com o Hamas, mediado pelo Egito e Qatar, Netanyahu insiste que Israel continuará, nas palavras dele, a "lutar até alcançar a vitória total" sobre o Hamas, e que o Estado que dirige manterá o "controle de segurança total" sobre Gaza assim que a guerra terminar, ou seja, diz que pretende ocupar Gaza com sua soldadesca assassina.

O primeiro-ministro israelense era impopular antes do início da guerra, em 7 de outubro, com dezenas de milhares de pessoas a marchar quase semanalmente para exigir a sua demissão devido a múltiplos escândalos de corrupção e a um pacote de ataque ao sistema de defesa jurídica. Agora as ruas voltam a lotar.

"A Thames Water envenena os rios e governo fica de braços cruzados", denunciam parlamentares

Atolada em dívidas bilionárias e acusada por crimes ambientais, a Thames Water, maior empresa britânica de água e esgoto, agora quer que a população pague por sua incompetência com um aumento de 40% nas tarifas enquanto prossegue a farrá dos dividendos exorbitantes.

A beira da falência, com uma dívida de 14 bilhões de libras (£88,2 bilhões) e em meio a uma lista imensa de "crimes ambientais", a Thames Water, maior empresa britânica de água e esgotos, quer jogar o peso da sua crise sobre os consumidores. Sua proposta é continuar pagando confortavelmente os acionistas, enquanto aumenta as tarifas dos seus 16 milhões de clientes em Londres e no sudeste da Inglaterra.

Como se não bastasse a afronta, a Thames Water anunciou que não irá investir no controle do vazamento de esgoto, se recusando a participar de um plano de investimento de 180 milhões de libras (£1,14 bilhão) para contribuir com a redução da poluição das águas inglesas. Desde 2020, apenas no rio Tâmisa, que banha Oxford e Londres e desagua no mar do Norte, a empresa despejou pelo menos 72 bilhões de litros de esgoto. O governo disse que a quantia será aplicada emergencialmente nos próximos 12 meses por seis empresas para evitar mais de 8 mil extravasões de esgoto bruto.

O prefeito de Londres, Sadiq Khan, criticou a empresa por seu envolvimento em vazamentos cloacais que fizeram com que a capital perdesse seu último rio "saúdavel e limpo". Levantamentos da Prefeitura mostram que os casos de esgoto fluindo para os rios da capital entre abril e dezembro de 2023 foram quase cinco vezes maiores do que no mesmo período do ano anterior.

DESCALABRO SOCIAL

Diante da situação de descalabro social e ambiental, Sarah Olney, do Partido Liberal Democrata, propôs ao Parlamento britânico que discuta a reestatização da Thames Water. A parlamentar denunciou que além de fazer lobby para aumentar as suas contas em 40% até 2030, a empresa quer adiar investimentos necessários e ver reduzidas as multas pelas inúmeras infrações que cometeu. Na maior desfaçatez, a gigante privada do saneamento ainda pediu autorização para continuar pagando dividendos astronômicos aos seus acionistas.

Para a deputada liberal Munira Wilson, "a Thames

Arrogância de colonizador: museus ingleses 'emprestam' a Gana joias que lhe roubaram

Dois museus ingleses decidiram permitir que Gana exponha relíquias em ouro do reino Asante - que predominou na região do país africano - o qual a Inglaterra invadiu e assaltou. Mas deixa claro que as obras roubadas aos ancestrais dos ganeses não voltam para casa, pois a exposição é temporária.

O Museu Britânico e o Museu Victoria & Albert, anunciaram em janeiro deste ano a exibição de uma coleção de 30 peças de joias africanas. São as joias da coroa Asante ou Ashanti, reino que predominou na região onde hoje está o Estado africano de Gana.

As joias dos ancestrais ganeses estarão expostas no Museu do Palácio Manhyia na cidade de Kumasi em Gana.

As joias foram saqueadas há 150 anos pelas tropas do Império Britânico, durante a Guerra Anglo-Asante (1874).

O pretexto para a invasão do então reino Asante, em cujos domínios se encontravam algumas das mais valiosas reservas de ouro do continente africano, foi o combate ao comércio de escravos, pois algumas das levas partiam dos portos daquele reino.

Assim, os britânicos invadiram o império africano com Kumasi como capital e se aposaram das maiores reservas de

Water está envenenando os rios enquanto o governo fica de braços cruzados". O fato, observou, é que "essas empresas de água estão cometendo crimes ambientais, destruindo nossos rios e habitats de vida selvagem, ao mesmo tempo em que embolsam somas de dinheiro exorbitantes". "Com quase todos os monitores de esgoto incapazes de medir os litros de esgoto descartados, este número provavelmente chegará aos trilhões. As empresas de água estão instalando monitores que simplesmente não estão à altura do trabalho e escondem os verdadeiros horrores de seus hábitos imundos de esgoto", protestou.

Segundo o próprio Financial Times, por meio de mecanismos pouco convencionais, a empresa busca evitar uma intervenção do governo, na qual sua direção seria assumida por administradores especiais nomeados pelo judiciário.

REESTATIZAÇÃO

De acordo com o levantamento do banco de dados Public Futures (publicfutures.org), coordenado pelo Instituto Transnacional (TNI), na Holanda, e pela Universidade de Glasgow, já somam 1.609 as reestatizações de serviços públicos ao redor do mundo, incluindo os de distribuição de água, entre os anos 2000 e 2023. Estudos apontam que essas reversões vêm sendo motivadas por problemas recorrentes em experiências de privatização e parcerias público-privadas (PPPs), como tarifas abusivas e investimentos insuficientes.

Entre os exemplos exitosos está a reestatização do fornecimento de Setúbal, em Portugal, onde as tarifas caíram 60% na tarifa social e 20% na geral. Na contramão vem Paris, com a privatização alavancando as tarifas em 174%, e em Berlim, com 24%.

Em dezembro passado, a controladora da Thames Water, Kemble Water Holdings, foi notificada pelos seus auditores que poderia sofrer um colapso de caixa se os acionistas não injetassem mais recursos. Diante da gravidade da situação, consultores foram acionados para uma injeção de capital antes do vencimento de uma dívida de 190 milhões de libras no final de abril.

Ao mesmo tempo em que comunica a falta de investimento na infraestrutura e nos serviços, a Thames Water assume ter pago um volume enorme de dividendos aos seus acionistas, montante que atingiu 7,2 bilhões de libras (£45,3 bilhões) de 1990 a 2023. O valor corresponde a mais de 50% da dívida da empresa.

ouro da região. A coleção que hoje está em mãos dos museus ingleses foi subtraída aos nobres africanos derrotados pela invasão inglesa.

Com um exército com poder de fogo superior, o Império Britânico conquistou a região, se declararam governantes e criaram portos para o seu comércio.

Em desfaçatez típica da brutalidade e arrogância colonizadoras, obrigaram o rei Asante, Kofi Karikari, a assinar o Tratado de Fomena, pelo qual o povo Asante se obrigava a pagar 1.400 kg em ouro à coroa britânica por despesas pela invasão que ela perpetrara. Era um método que o Reino Unido usava para financiar guerras de conquista contra países africanos, uma manobra a qual, ao mesmo tempo em que enriquecia a Coroa inglesa, miserabilizava os povos mantidos sob seu tacaço.

Passados um século e meio do hediondo assalto, as joias retornam, mas para um passeio temporário já que os britânicos estão somente prestando a coleção a seu país de origem. As leis do Reino Unido, destinadas a manter em casa o fruto da pilhagem de dezenas de povos, proibem a repatriação de quaisquer bens culturais saqueados a seus países originários.

ONU denuncia Israel por matar 196 agentes humanitários em Gaza



Funcionários da ONU chegam aos carros destruídos por Israel e com sete mortos

Netanyahu fecha rota para Gaza e obriga navios a voltar com toneladas de alimento

Ao assassinar sete trabalhadores humanitários que haviam rompido o seu bloqueio genocida ao norte da Faixa de Gaza, Israel fechou definitivamente, segunda-feira (1), a via marítima de transporte e distribuição de alimentos à população. Levando a política de terrorismo de Estado ao seu limite, o governo de Netanyahu cortou um dos canais restantes para evitar que milhões de palestinos morram de fome.

O fundador da organização espanhola Open Arms (Braços Abertos), Oscar Camps, afirmou que com o ataque, direcionado e planejado a ativistas da Austrália, Reino Unido, Estados Unidos, Canadá e Polônia, a mensagem enviada por Israel é bastante clara: “quer praticar o genocídio com fome, sem testemunhas e sem ajuda” que impeça a dizimação.

Desde o porto de Larnaca, no Chipre, Camps lembrou que as forças da ocupação já assassinaram 200 apoiadores internacionais e 130 jornalistas. “Primeiro atacaram em Gaza as agências internacionais, incluídas as da Organização das Nações Unidas (ONU) e agora agridem o comboio da World Central Kitchen (WCK). Porque sim, a fome é uma arma”, enfatizou.



Três navios foram obrigados a voltar ao porto, no Chipre

Como o número de caminhões de ajuda que entram em Gaza por rodovia é insuficiente, após mais de cinco meses de agressão, os alertas de fome se multiplicam, aumentando os esforços para levar ajuda por via aérea ou marítima. Mas as agências da ONU têm afirmado repetidamente que as entregas terrestres são a única forma de abastecimento no volume necessário.

Oscar Camps frisou que o ataque israelense obrigou uma frota de navios com centenas de toneladas de alimentos a ter que dar meia volta sem entregar ajuda a pessoas que estão morrendo de fome. “Porém não são

somente essas 400 toneladas – da parceria da World Central Kitchen, com sede nos Estados Unidos e a Open Arms. Há duas mil toneladas esperando nos armazéns de Larnaca para serem transportados em outras viagens que não serão mais realizadas. O alimento que pode salvar milhões de pessoas está a menos de 400 quilômetros de distância”, explicou.

“E isto ocorre precisamente quando a ONU declara uma situação de fome iminente em Gaza, algo que poderá acontecer em junho se o bloqueio continuar”, assegurou.

Leia mais no site do HP

Presos de Gaza são amputados devido ao uso diuturno de algemas, denuncia médico de Israel

Esta matéria, cujos principais trechos divulgamos, nos foi sugerida pelo deputado israelense Ofer Cassif, da coalizão Haddash-Taal, e devido a sua relevância a traduzimos e divulgamos. Ela foi originalmente publicada pelo jornal israelense Haaretz com o título “Doctor at Israeli Field Hospital for Detained Gazans: ‘We Are All Complicit in Breaking the Law’” (Médico em Hospital de Campo para detidos de Gaza: “somos todos cúmplices na quebra da lei”), o texto, publicado no dia 4, é de autoria de Hagar Shezaf e Hauser Tov*.

Segue o texto:

Um médico em um hospital de campo instalado no centro de detenção Sde Teiman, criado para aprisionar detidos em Gaza, descreveu as condições que, segundo ele, podem comprometer a saúde dos presos e colocar o governo na condição de violação da lei, afirmações constantes em carta enviada há uma semana aos ministros da Defesa e da Saúde e à procuradora-geral. [A matéria não revela o nome do médico].

“Esta semana mesmo, dois prisioneiros tiveram suas pernas amputadas devido a ferimentos causados por algemas. Manter prisioneiros algemados por período indeterminado é, infelizmente, evento de rotina”, disse o médico na carta.

Ele disse que “os presos são alimentados por tubos, defecam em fraldas e são mantidos sob restrição constante, o que viola a ética médica e a lei”.

O campo de Sde Teiman foi estabelecido imediatamente

com o início do ataque a Gaza para pender elementos do Hamás, até que pudessem ser deslocados a prisões regulares.

Naquele momento, o Knesset [parlamento israelense] aprovou uma emenda à lei que determina as condições para a manutenção de presos. Desde o início da operação por terra na Faixa de Gaza, a maioria dos detidos aí são enviados para Sde Teiman, onde são interrogados.

“Desde os primeiros dias em que entrou em operação a unidade médica até hoje, eu tenho enfrentado sérios dilemas. Mais que isso, estou escrevendo esta carta para os alertar de que esta unidade de operação não está de acordo com uma única seção das que lidam com a saúde conforme posto na “Lei de Encarceramento de Combatentes Ilegais”, afirma o médico.

Ele destaca que todos os pacientes no hospital montado em Sde Teiman têm os quatro membros algemados, independente do risco que possam trazer. Todos são vendados e alimentados por tubos. “Nestas circunstâncias, na prática, até mesmo pacientes jovens e saudáveis perdem peso em uma ou duas semanas de hospitalização”, disse o médico. Ele acrescenta que o hospital não recebe de forma regular medicamentos ou dispõe de equipamento adequado.

O porta-voz da força militar respondeu a estas denúncias dizendo que os detentos “recebem ali-

mento suficiente para suas necessidades de saúde”, têm acesso a sanitários de acordo com sua condição médica e, se precisam ser restritos, recebem fraldas.

De acordo com o médico [prossegue a matéria] assim que submetidos a cirurgias são rapidamente retornados à unidade que conta com apenas um médico e a equipe não é suficientemente treinada.

O procedimento de manter os detentos algemados e de olhos vendados segue instrução do Ministério da Saúde depois que um dos membros da equipe médica foi atacado por um paciente. Como já dito os que estão em Sde Teiman são mantidos algemados durante 24 horas por dia.

De acordo com o médico, é exatamente devido a esta manutenção com algemas por longos períodos que acabam fazendo ferimentos que levam a graves ferimentos e à necessidade de intervenções cirúrgicas.

Em adição às denúncias do médico, três outras fontes informaram ao Haaretz que no início da invasão um preso, cujas mãos foram feridas por ficar com algemas de plástico por período prolongado, teve uma mão amputada. Um porta-voz do exército israelense afirmou que o “incidente foi investigado”, mas “por não se ter presenciado nenhuma ofensa criminal, foi decidido não abrir uma investigação policial-militar”.

Leia a íntegra no site do HP



Senegaleses comemoram nas ruas a libertação de Sonko (esq.) e Faye (dir.), atualmente premiê e presidente (AFP)

“Já passou da hora da França tirar o joelho do pescoço do Senegal”, afirma o novo presidente Bassirou Faye

“Já passou da hora da França tirar seu joelho do nosso pescoço e pôr fim a esta injusta opressão. Séculos de miserável tráfico humano, de colonização e neocolonização causaram sofrimento imensurável”, afirmou o novo presidente do Senegal, Bassirou Diomaye Faye, de 44 anos, que venceu as eleições duas semanas após sair da prisão.

“Chegou a hora de pôr fim a este ciclo de opressão”, assinalou Faye ao tomar posse nesta terça-feira (2), frisando que é “o momento de a França parar de impor líderes e fazer escolhas em nosso nome”. “Isso tem que ter fim e a juventude africana, as elites africanas e a diáspora africana estão juntas dizendo não porque isso não pode mais continuar”, acrescentou.

O líder senegalês apontou que “a hipocrisia e evidente e está espalhada na vida diária” dos africanos, citando países como o Mali e o Chade, exemplos onde a França atua com toda a dissimulação e falsidade. “No Chade, onde o processo constitucional foi interrompido, a França aplaude e seu presidente o visitou para a cerimônia oficial de coroação. No Mali, onde o processo constitucional não foi interrompido, mas há um processo de transição, a França condenou. Esse é o duplo padrão que a França emprega ao lidar com a África”, denunciou.

Faye disse que “ao invés da intromissão da França, que seleciona seus candidatos e os adorna, depois informando quem serão os próximos na fila”, os países africanos querem ter a sua soberania respeitada. “Pessoalmente, nós não esperamos nada da França. Só desejamos que ela pare de interferir nos nossos assuntos, de forma que o povo do Senegal possa exercer sua liberdade de escolha”, frisou. No nosso país, enfatizou, “isso não vai mais ocorrer dessa forma”.

“Vamos ser claros. Nós não temos absolutamente nada contra o povo francês. Na França, tanto vozes de políticos como de cidadãos têm se levantado apresentando o mesmo discurso que estou trazendo a vocês”, declarou Faye. E citou o caso de pessoas como da produtora Frédérique Dumas, dirigente da União de Democratas e Independentes (UDI), ex-parlamentar que fala frequentemente na Assembleia Nacional francesa sobre

A Ucrânia “tornou-se um Estado abertamente terrorista”, afirma Lavrov

O envolvimento do regime de Kiev no ataque terrorista de 22 de março na casa de shows Crocus, nos arredores de Moscou, que matou 145 pessoas e feriu mais de 500, “já é evidente”, afirmou o ministro das Relações Exteriores russo, Sergei Lavrov.

“O rastro ucraniano – ele acrescentou – não é apenas visível naquele ataque, mas também “em muitos outros” que foram perpetrados na Rússia.

“Agora é evidente que é disso que se fala no decorrer dos relatórios sobre a forma como a investigação está progredindo, que há um rastro ucraniano. Além disso, ninguém duvida da participação da Ucrânia em muitos outros atos terroristas em território russo”, destacou Lavrov, ao se reunir com embaixadores de outros países em Moscou na quinta-feira (4).

Outros atos terroristas perpetrados pelo regime de Kiev foram enumerados pelo chanceler russo: os assassinatos da jornalista Daria Dugina e do correspondente de guerra Vladlen Tatarski [em atentados a bomba], a tentativa de homicídio do romancista e ativista político Zakhar Prilepin e a explosão da ponte da Crimeia que deixou cinco mortos, entre

outros atentados.

“Atualmente a Ucrânia tornou-se um Estado abertamente terrorista. Há 10 anos que aterroriza os cidadãos do seu país e para além das suas fronteiras”, afirmou o chefe da diplomacia russa.

Lavrov agradeceu aos embaixadores de outros países pela sua solidariedade com os cidadãos russos após o ataque à casa de shows. “Isto simboliza mais uma vez a nossa unidade e determinação em combater o terrorismo em qualquer uma das suas manifestações, sem concessões ou duplos padrões, com base no fato de o terrorismo não ter nacionalidade nem religião: é um mal global”.

Na véspera, em um evento em Astana, capital do Cazaquistão, a 19ª reunião anual dos chefes dos conselhos de segurança da Organização para Cooperação de Xangai (OCX), o secretário do Conselho de Segurança russo, Nikolai Patrushev, apontou que as pistas do ataque terrorista à casa de shows nos arredores de Moscou conduzem aos serviços especiais do regime de Kiev que, por sua vez, são controlados por Washington.

“O rastro leva aos serviços especiais ucranianos”, ele sublinhou, após salientar que “identificar o mandante e patrocinador do crime monstruoso é o mais importante”.
Leia mais no site

Assassinato por drone dos sete voluntários foi perpetrado por Israel em meio à violação do cessar-fogo aprovado pelo CS das Nações Unidas

“196 trabalhadores humanitários foram mortos e queremos saber por que cada um deles foi morto”, afirmou na sexta-feira (5) o secretário-geral da ONU, Antonio Guterres, sobre a carnificina cometida por Israel contra os que tentam salvar a população de Gaza da fome e da morte.

Também na sexta-feira (5), o Conselho de Direitos Humanos da ONU, pela primeira vez em quase seis meses, aprovou uma resolução sobre a agressão israelense a Gaza, em que chamou a responsabilizar Israel por crimes de guerra e crimes contra a humanidade no território palestino ocupado, e ainda, apoiando o embargo de armas a Israel.

Diante da rara admiração, por Israel, de que o bombardeio que matou sete trabalhadores humanitários da instituição de caridade norte-americana World Central Kitchen na segunda-feira foi um “erro”, Guterres afirmou que o “problema essencial é a estratégia militar e os procedimentos em vigor que permitem que esses erros se multipliquem continuamente”.

Ele sublinhou que “corrigir essas falhas requer investigações independentes e mudanças significativas e mensuráveis no terreno”.

FUNCIONÁRIOS DA ONU

Antes de matar com drones esses sete trabalhadores humanitários, Israel já havia chacinado outros 189 trabalhadores, muitos deles funcionários da ONU em Gaza, mortos por seus bombardeios a escolas, hospitais, abrigos e comboios humanitários.

O secretário-geral da ONU também cobrou de Israel o aumento rápido e efetivo do acesso de ajuda à Faixa de Gaza, descrevendo a situação no território palestino após seis meses de invasão como “absolutamente desesperadora”.

“Quando as portas da ajuda são fechadas, as portas para a fome são abertas. Mais de metade da população – mais de um milhão de pessoas – enfrenta uma fome catastrófica. As crianças em Gaza hoje morrem por falta de comida e água”, disse Guterres a jornalistas.

“Isso é incompreensível e totalmente evitável”, disse ele. “Nada pode justificar a punição coletiva do povo palestino”.

Diante da repercussão



Entre cerca de 200 agentes humanitários mortos por Israel em Gaza há pessoal da ONU e voluntários

O adeus a Ziraldo



Ziraldo, criador de personagens que marcaram a literatura infantil, como o Menino Maluquinho e a Turma do Pererê, era também jornalista, humorista e caricaturista e um dos fundadores do jornal "O Pasquim", que marcou época como um importante veículo de combate à ditadura

O desenhista e escritor Ziraldo, um dos maiores nomes da literatura infanto-juvenil no Brasil, morreu no sábado (6), aos 91 anos, no Rio de Janeiro. De acordo com a família do artista, Ziraldo morreu dormindo, na tarde de sábado, no apartamento onde morava, na Lagoa.

Ziraldo, criador de personagens que marcaram a literatura infantil, como o Menino Maluquinho e a Turma do Pererê, era também jornalista, cartunista, humorista e caricaturista.

Na década de 60, foi um dos fundadores e diretor do jornal "O Pasquim", ao lado de nomes como Millôr Fernandes, Henfil e Jaguar. Com humor, entrevistas, charges, "O Pasquim" marcou época como um importante veículo de combate à ditadura.

Por sua participação no jornal, logo após o Ato Institucional Número Cinco (AI-5) da ditadura, em 1968, Ziraldo foi detido e levado ao Forte de Copacabana.

O mineiro de Caratinga era o mais velho de uma família de sete irmãos, e publicou seu primeiro desenho aos 6 anos no jornal A Folha de Minas.

A partir da década de 50 iniciou sua carreira, com publicações em jornais e revistas como A Folha de Minas, as revistas A Cigarra e O Cruzeiro, e Jornal do Brasil, onde publicou charges políticas e cartuns.

Ainda na década de 50, se formou em Direito na Faculdade de Direito de Minas Gerais, casou com a namorada de longa data, Vilma Contijo, e em 1960 lançou a primeira revista em quadrinhos de um só autor no Brasil, a Turma do Pererê.

A revista, a primeira história em quadrinhos a cores totalmente produzida no Brasil, de cunho folclórico, que trazia como personagem principal um pequeno índio e vários animais como jabuti, onça, coelho e tatu, foi um enorme sucesso e alcançou uma das maiores tiragens na época. Com o golpe de 1964, a revista teve sua publicação interrompida.

Na década de 70, a Editora Abril lançou a revista e, mais tarde, a publicação ganhou edições encadernadas e em formato de almanaque.

Em 1960 Ziraldo recebeu o "Nobel" Internacional de Humor no 32º Salão Internacional de Caricaturas de Bruxelas e

também o prêmio Merghente-aller, importante premiação da imprensa da América Latina. Em 2016 o artista recebeu a Medalha de Honra da Universidade Federal de Minas Gerais.

Ziraldo é pai da cineasta Daniela Thomas, de Fabrizia e do compositor Antonio Pinto.

Pelas redes sociais, artistas, políticos escritores se despediram de Ziraldo, com diversas homenagens. "O Brasil perdeu neste sábado, 6/4, um de seus maiores expoentes da cultura, da imprensa, da literatura infantil e do imaginário do país", escreveu o presidente Lula.

"Chargista, caricaturista, escritor e jornalista, o mineiro Ziraldo é nome onipresente na cultura popular brasileira. O Menino Maluquinho, seu personagem mais conhecido, povoou mentes e a imaginação de crianças de todas as idades em todas as regiões. Um livro que virou filme, peças, pautou músicas e vem sendo passado de pais para filhos como sinônimo de inocência, curiosidade e beleza, além de um olhar esperançoso em relação aos imensos potenciais do mundo em que vivemos. São inúmeras e diversas as contribuições de Ziraldo, seja com a turma do Pererê, em seu trabalho à frente do Pasquim, nos anos da ditadura, em livros inesquecíveis, como Flicts, e num extenso trabalho em revistas e jornais brasileiros. Na defesa da imaginação, de um Brasil mais justo, com democracia e liberdade de expressão. Nesse momento de imensa tristeza, me solidarizo com os familiares, amigos, parentes e fãs de Ziraldo", escreveu.

O autor da Turma da Mônica, Mauricio de Souza, disse: "Que tristeza! Não tenho palavras. Perdi mais que um grande amigo. Perdi um irmão. Das letras, dos traços e da vida! Mas ele estará sempre em meu coração. E nos corações de milhões de brasileiros maluquinhos de todas as idades, que seguirão apaixonados por sua obra. Viva, Ziraldo!".

Para a ministra da Cultura, a cantora Margareth Menezes, foi "uma perda irreparável". "Ziraldo foi uma fonte de inspiração. Lembro-me do tempo em que participei de uma montagem baiana da peça 'O Menino Maluquinho'. Tive a oportunidade de conhecê-lo pessoalmente. Obrigada por tudo, Ziraldo. Sua partida deixa um vazio imenso", disse.



Ziraldo, no alto, e suas criações mais emblemáticas: O Menino Maluquinho, a Turma do Pererê e o jornal O Pasquim, que fundou ao lado de nomes como Millôr Fernandes, Henfil e Jaguar, e esculachava a ditadura. "Meu pai é uma pessoa cuja obra tem uma grande conexão com as pessoas. Naquelas filas enormes das bienais vinham o avô, o filho e o neto e, às vezes, o bisneto. Todos com um livro esmagado, lido, usado. E isso é lindo", disse uma das filhas de Ziraldo, a cineasta Daniela Thomas, durante o velório do pai no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro

